


A natureza do comportamento

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.020-012>

Antonio Maia Olsen do Vale

Mestre em Saúde Pública

Professor do Departamento de Psicologia da
Universidade Federal do Ceará

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5133-1542>

E-mail: maia@ufc.br

RESUMO

Este artigo apresenta de forma introdutória o conceito de comportamento e as suas propriedades. Parte da questão sobre o que se constitui como comportamento na perspectiva do Behaviorismo Radical, para daí caracterizar algumas de suas propriedades filosóficas como: os modos de acesso a este objeto de estudo, sua vinculação à ciência como evento natural, a superação da dualidade mente-corpo, a impossibilidade de se tratar o conceito de comportamento como entidade causal dentro de um modelo explicativo mentalista. Estes temas são tratados partindo do pressuposto de que o leitor está tendo seus primeiros contatos com textos sobre Análise do Comportamento, ou mesmo um texto sobre questões filosóficas na Psicologia. Conceitos tradicionais em textos analítico comportamentais são aqui apresentados de forma introdutória, com definição e exemplos. Para tanto, utiliza-se de uma linguagem coloquial, exemplo com música, alegorias, metáforas, contrapontos com o senso comum e brincadeiras de palavras. A presente versão foi atualizada partindo da experiência de vários professores, que o utilizaram em disciplinas de três cursos de graduação em Psicologia, onde foi utilizado como o primeiro texto para fazer a apresentação do conceito de comportamento no Behaviorismo Radical aos alunos de Psicologia por mais de 15 anos.

Palavras-chave: Comportamento, Behaviorismo radical, Evento natural, Análise do comportamento.



1 INTRODUÇÃO

Quando um autor, em um texto de filosofia, fala sobre a natureza de um evento ele está refletindo sobre a seguinte questão: *de que é constituído (feito) este evento do qual estamos falando?* A natureza de um evento social, por exemplo, é a interação entre pessoas em um dado local e tempo. A natureza de um evento químico é a interação entre átomos e moléculas. A natureza do comportamento pode ser caracterizada através da descrição das suas propriedades e participantes (pelo menos um ser vivo e um contexto). Os termos utilizados para descrever as propriedades de um comportamento são adjetivos, e os participantes são descritos com substantivos. Neste texto serão discutidos os adjetivos público, privado, natural e fictício e suas relações com o Behaviorismo Metodológico, com o Behaviorismo Radical e com o senso comum. Iremos deixar a definição sobre o que é estar vivo e sobre o que é um contexto para outro momento, por hora usaremos a concepção comum destes dois termos.

2 PÚBLICO E PRIVADO

Os adjetivos *público* e *privado* são utilizados quando um autor quer discutir a forma de acesso ao evento estudado. O termo “acesso” indica a maneira como é possível entrar em contato com algo. Por exemplo, na frase “o acesso ao auditório é pela rampa”, a rampa é o acesso. Um evento pode ser considerado de acesso público quando duas ou mais pessoas podem entrar em contato com ele, como é o caso de uma rampa para entrar em um auditório. Assim, comportamentos públicos são aquelas relações entre um ser vivo e um contexto (também chamado de ambiente na literatura) que podem ser acessadas (entrar em contato através dos órgãos dos sentidos) por duas ou mais pessoas (Gongora & Abib, 2001). Como exemplo de comportamentos públicos temos: um espirro (ação) ao cheirar uma flor (contexto), a dança (ação) de uma bailarina em um festival de dança (contexto), o choro de um bebê (ação) depois de muito tempo sem comida (contexto), etc. Em uma situação clínica o terapeuta tem acesso apenas aos componentes públicos dos comportamentos do seu cliente, sendo o seu acesso aos pensamentos do cliente sempre indiretos.

Os comportamentos públicos permitem que duas ou mais pessoas cheguem mais facilmente a uma mesma conclusão sobre o que são estes eventos e como eles ocorrem. Esta particularidade foi muito valorizada por uma proposta de psicologia originada no começo do século XX chamada de Behaviorismo Metodológico, que pretendia criar uma Psicologia dentro o que se considerava como ciência na época, o positivismo (Costa, 2002). Os positivistas afirmavam na época que o conhecimento para ser científico deveria ser certo, organizado, real (que pode ser publicamente observado), preciso e útil (Chauí, 2004). Nesta concepção, somente o comportamento publicamente observável permitiria ao cientista positivista ter um objeto (e como consequência uma teoria) unificado entre diferentes culturas e momentos históricos, ou seja, levando a uma descrição científica supostamente universal e



atemporal. Os positivistas achavam que se existissem diferentes percepções sobre o evento estudado, não seria então possível ter uma teoria única para explicar aquele evento.

O Behaviorismo Metodológico foi criado pelo psicólogo americano James Watson, que no começo do século XX, adotou referenciais positivistas e elegeu os comportamentos públicos como objeto de estudo da sua Psicologia, com o objetivo de torná-la uma ciência dentro do modelo positivista; por isso ele só estudava respostas (ações) motoras e glandulares, pois estas são de acesso público (Costa, 2002). Duas ou mais pessoas podem observar o movimento de um braço ou uma perna, podendo assim chegarem na mesma conclusão uma vez que estas são ações públicas. Como a mente não pode ser observada publicamente Watson apenas ignorou-a nos seus estudos e explicações do comportamento humano e dos outros animais (Costa, 2002).

Os eventos privados podem ser acessados apenas por uma pessoa. Assim, comportamentos privados são aquelas relações entre sujeito (ser vivo) e ambiente (contexto) que podem ser percebidas apenas por uma única pessoa (Gongora & Abib, 2001). O sonhar, o imaginar e o lembrar são exemplos de ações privadas. Quando na clínica psicológica uma cliente relata seu sonho, o terapeuta não está tendo acesso direto ao sonho, nem este sonhar passou a ser público, o evento público desta situação é o “relatar um sonhar” (ação pública) que tem como contexto o “lembrar do sonho” (contexto privado) e o terapeuta como audiência (contexto público). Enquanto não se desenvolver uma tecnologia que mude este quadro, o sonhar será sempre privado (Baum, 2006).

O Behaviorismo Radical foi uma proposta de Psicologia criada na década de 40 do século XX pelo psicólogo americano B. F. Skinner, que adotou um modelo de ciência antagônico ao positivismo (Costa, 2002). O modelo de ciência que fundamenta o Behaviorismo Radical não trata de forma diferente os eventos públicos e os privados, podendo ambos serem estudados pela ciência, exigindo apenas estratégias diferentes de pesquisa para cada um (Skinner, 2003). Assim, os behavioristas radicais estudam eventos humanos tradicionalmente chamados na Psicologia de subjetivos (ou subjetividade), mas preferem utilizar o termo “eventos privados”. Esta escolha pelo termo “privado”, no lugar dos termos “subjetivo” ou “mente”, ocorreu pelo risco da divisão entre subjetivo e objetivo restaurar uma concepção dualista (mente e corpo como sendo entidades diferentes) de ser humano (Baum, 2006).

Mas classificar os comportamentos em públicos e privados não seria um dualismo? Não, pois a diferença entre público e privado é de acesso e não de natureza. Segundo Skinner (2003) os comportamentos públicos e privados obedecem às mesmas leis e ocorrem na mesma dimensão espaço-temporal, sendo algo estranho ao behaviorismo radical a divisão entre “Subjetividade X Objetividade”. Para Skinner o homem faz ações públicas e privadas, e isto não implica em dividir o homem em duas naturezas distintas. Para ilustrar, faça de conta que o funcionamento do motor de um carro é privado, e que apenas o seu movimento é público, isso tornaria o funcionamento do motor algo que não possui



dimensões no tempo-espaço? Ou que acontece em uma dimensão sobrenatural? Claro que não! Mas ao aplicar este questionamento para o ser humano vários teóricos da Psicologia acreditam que sim, apenas pelo fato das ações privadas não serem publicamente observáveis. A lógica seria mais ou menos a seguinte: se não podemos ver a ação de imaginar então é porque esta ocorre em outra dimensão, dentro do mundo da mente, e este outro mundo é profundo, misterioso e inacessível ao cientista e seus métodos frios e calculistas de manipulação e controle.

A proposta behaviorista radical não ignora os comportamentos privados, como fez Watson com o Behaviorismo Metodológico (Costa, 2002). Por não ser uma proposta positivista o behaviorismo radical de Skinner não precisa ignorar o pensar e outras ações privadas. Skinner afirma que a única distinção que o behaviorismo radical faz entre comportamentos públicos e privados ocorre na metodologia de investigação, pois os eventos privados exigem uma metodologia mais complexa (Skinner, 2011). O Behaviorismo Radical valoriza o comportamento privado, e coloca a investigação do pensar, do sentir, do lembrar e do sonhar como essencial para explicar os fenômenos humanos.

A distinção entre ações públicas e privadas nem sempre é tão clara. Várias classes comportamentais apresentam tanto componentes públicos como privados. Outras, em alguns momentos são públicas, e em outros são privadas. Abaixo algumas situações são discutidas:

- O canto de um pássaro em uma ilha sem ninguém por perto para ouvir o canto é público ou privado? É público, pois basta existir o potencial de duas pessoas poderem relatar o evento que este será público. Além disso, os outros animais na ilha devem ouvir este canto mesmo sem seres humanos estarem lá.
- A ansiedade é pública ou privada? Depende, a ansiedade geralmente apresenta elementos públicos e privados. O pensar que vai morrer durante um ataque de pânico é privado, mas a respiração ofegante que algumas pessoas apresentam quando ansiosas é uma ação pública.
- Estar apaixonado é público ou privado? Depende também. Algumas pessoas se apaixonam e não apresentam quase nenhuma ação pública de paixão, outras têm seu apaixonar visivelmente público.

Para o behaviorismo radical os comportamentos privados não são mais especiais que os públicos, e vice e versa. O foco do que vai ser estudado depende dos objetivos do analista do comportamento. Uma terapeuta comportamental infantil pode em seu consultório utilizar-se de estratégias que a permitam conhecer mais a forma da criança lembrar de algo que ocorreu em sua vida (privado), por exemplo, usando uma brincadeira de “desenhar a raiva” e contar a história da raiva (público). Nas situações práticas de trabalho do analista do comportamento esta distinção entre público e privado não é relevante para a continuidade do processo. O importante mesmo é identificar qual é a



função (o papel) de um certo comportamento na história de vida de um cliente, saber se este comportamento é público ou privado não o mais importante em uma análise comportamental clínica.

3 NATURAL E FICTÍCIO

Tanto os comportamentos públicos como os privados são objetos de estudo da Análise do Comportamento, o mesmo não ocorre entre os eventos naturais e fictícios. A Análise do Comportamento desconsidera os eventos fictícios e estuda apenas os naturais (Baum, 2006). Os adjetivos “natural” e “fictício” são utilizados quando um autor quer enfatizar a possibilidade do evento ser estudado pelo modelo de ciência atual (e não o modelo positivista). A ciência estuda apenas os eventos naturais (Chalmers, 1993). Para que um evento seja considerado natural ele precisa de alguns pré-requisitos:

1. Precisa ter uma localização no tempo. Ou seja, é possível dizer em qual momento do tempo aquele evento ocorre. Por exemplo, na frase “dormi demais ontem” é possível localizar a ação de dormir como algo que ocorreu em um certo período do tempo. A pergunta a ser feita para identificar uma localização no tempo é “quando isto ocorreu, ocorrerá ou ocorre?”.
2. Precisa ter uma localização no espaço. Ou seja, é possível dizer onde aquele evento ocorre. Por exemplo, na frase “Sinto-me tenso quando enfrento o trânsito” é possível localizar na pessoa o local onde ocorre a ação de sentir. A pergunta a ser feita para identificar uma localização no espaço é “onde isto ocorre, ocorrerá ou ocorreu?”.
3. Precisa ser capaz de estabelecer relações (ou interações) com outros eventos já reconhecidos como naturais. Se um evento não estabelece absolutamente nenhum tipo de interação com outros eventos naturais do universo, então como se pode ter alguma segurança de que este evento esteja ocorrendo?
4. Precisa ser falseável. Este talvez seja o critério mais importante, pois de certa forma engloba todos os outros. O evento estudado deve ter o potencial de ser submetido a um teste, uma prova experimental, que tenha o potencial de demonstrá-lo como falso. Caso o evento estudado sobreviva às tentativas de falseá-lo, então ele poderá ser considerado apto a fazer parte de uma explicação científica (Chalmers, 1993).

Os eventos fictícios são o oposto dos eventos naturais. Ou seja: não possuem uma delimitação clara no espaço-tempo, não interagem diretamente com outros eventos naturais e não são falseáveis. Não há como pedir uma demonstração ou se duvidar deles utilizando uma metodologia científica. A distinção entre eventos naturais e fictícios como critério para definir o que pode ou não fazer parte de uma explicação científica do comportamento é polêmica, pois descarta uma vasta gama de entidades popularmente utilizadas para explicar a ação humana. Por exemplo, a chamada “energia psíquica”



nunca foi encontrada em lugar nenhum do corpo, não tem uma localização no espaço, além de não existirem maneiras (testes) que potencialmente possam invalidá-la. Mesmo assim alguns autores populares da Psicologia escrevem sobre a circulação da energia psíquica pelo corpo humano. A Análise do Comportamento procuraria outras formas de explicar o que se chama de efeitos da energia psíquica. O professor de astronomia Carl Sagan usa uma pequena história, utilizada pelo psicólogo Richard Franklin em situações de terapia de grupo, para explicar melhor o que significa um evento que não poder ser falseado (Sagan, 2006, p. 171):

“- Um dragão que cospe fogo pelas ventas vive na minha garagem. Suponhamos (...) que eu lhe faça seriamente esta afirmação. Com certeza você iria querer verificá-la, ver por si mesmo. São inúmeras as histórias de dragões no decorrer dos séculos, mas não há evidências reais. Que oportunidade!
- Mostre-me – Você diz. Eu o levo até a minha garagem. Você olha para dentro e vê uma escada de mão, latas de tintas vazias, um velho triciclo, mas nada de dragão.
- Onde está o dragão? – Você pergunta.
- Oh, está ali – respondo, acenando vagamente. – Esqueci de dizer que é um dragão invisível. Você propõe espalhar farinha no chão da garagem para tornar visíveis as pegadas do dragão.
- Boa idéia – digo eu -, mas esse dragão flutua no ar.
Então você quer usar um sensor infravermelho para detectar o fogo invisível.
- Boa idéia, mas o fogo invisível é também desprovido de calor.
Você borrifar o dragão com tinta para torná-lo visível.
- Boa idéia, só que é um dragão incorpóreo e a tinta não vai aderir.
E assim por diante. Eu me oponho a todo teste físico que você propõe com uma explicação especial de por que não vai funcionar.”

Tente imaginar maneiras para falsear (demonstrar que é falsa) a afirmação de que há um dragão na garagem. A cada tentativa sua de fazer isto irei dar uma explicação de porque o seu teste não vai funcionar. Caso você peça uma imagem ou foto do dragão, direi que ele é invisível. Caso você questione a localização dele, direi que ele além de invisível é intangível, de tal forma que ele pode até entrar e criar um ninho dentro de você, mas sem ocupar um espaço físico. Assim, não existindo formas de demonstrar a falsidade da teoria do dragão terá você que comprar livros, participar dos cursos e pagar por workshops para entrar em contato com o seu dragão interior? Claro que não se você usar a forma de pensar da ciência! Teorias que, por princípio, não podem ser experimentalmente testadas estão mais próximas de uma simples opinião do que de uma afirmação aceita pela ciência sobre a natureza (Chalmers, 1993).

Alguns construtos psicológicos do senso-comum, e mesmo de algumas psicologias, não têm como serem testados. São explicações sobre o comportamento que tentam convencer as pessoas de sua validade através do poder da argumentação, através do convencimento, de dados de casos bem sucedidos na clínica (algo que todas as teorias psicológicas possuem) e não da demonstração experimental. Claro que argumentar, especular e mostrar dados de casos bem sucedidos são ações que também fazem parte das produções científicas. A diferença é que o cientista não pode parar por aí a sua produção de conhecimento caso queira ter suas ideias levadas a sério por sua comunidade acadêmica.



Utilizar entidades fictícias para explicar o comportamento é muito tentador, é muito fácil afirmar que o responsável pelo comportamento foi algo que não pode ser testado como falso, pois isso exige o autor da demonstração experimental (Baum, 2006). Demonstrar algo com um experimento dá muito trabalho mesmo, fica menos complicado apenas argumentar e mostrar como a explicação com eventos fictícios deu certo na clínica.

Afirmar que um evento é fictício não é a mesma coisa que dizer que ele não existe. São questões diferentes. Ser fictício quer dizer apenas que não se pode considerá-lo objeto da ciência, ou seja, a ciência não se considera apta a explicar a natureza utilizando estes eventos, mas quem sabe ele até exista... A história da ciência tem vários casos de eventos fictícios que passaram a ser naturais e vice-versa (Chalmers, 1993), a ciência é capaz de mudar seu conhecimento e suas posições, e essa é uma das suas grandes virtudes.

4 ERROS DE CATEGORIA

Segundo Baum (2006) o filósofo Gilbert Ryle (1900-1976) também criticou o uso de entidades não-físicas para explicar o comportamento, mas de uma forma diferente da maneira como Skinner fez. Enquanto Skinner, no seu modelo monista (corpo e mente são uma coisa só), propunha uma exclusão completa dos termos, e não dos fenômenos, que fizessem referência um mundo mental sobrenatural (tais como: força de vontade, entidades psíquicas, etc.), Ryle propôs que os termos utilizados pelas pessoas para nomear os eventos mentais fossem entendidos como nomes de categorias (conjuntos) de comportamento e não de entidades ou agentes metafísicos.

Por exemplo, Skinner (2011) considerava que conceitos como inteligência e personalidade geralmente eram tratados como entidades internas pelas pessoas para explicar o comportamento; ele considerava que estes termos eram classes de comportamentos e não entidades internas que provocavam as ações humanas. Skinner afirmava não fazer sentido dizer que existe uma coisa dentro da cabeça das pessoas que se chama personalidade. Ele perguntava: onde estava a entidade personalidade? Os que respondiam esta pergunta diziam que a personalidade não era algo físico, o que piorava a situação em vez de resolver o problema da divisão “mente X corpo” (dualismo). Ryle não considerava o uso do termo personalidade um problema, desde que o termo fosse tratado como um conceito (palavra) e não uma entidade (coisa). Ou seja, personalidade seria um conceito teórico que nomearia comportamentos, que na nossa comunidade verbal seriam os supostos efeitos causados pela entidade personalidade. Nesta proposta a personalidade não seria algo de outro mundo, mas sim o nome de um padrão de comportamentos que ocorrem neste plano físico, preservando o modelo monista de homem adotado pelo Behaviorista Radical de Skinner. A proposta de Ryle permite que o Behaviorismo Radical utilize termos de tradição dualista e apresente sua proposta de explicação para estes fenômenos com palavras mais familiares ao campo da psicologia e ao senso comum.



A partir de Ryle, compreender as explicações behavioristas radicais ficou mais fácil para quem ainda pensa o homem dentro de um paradigma dualista. Se você quiser saber, por exemplo, o que é memória ou personalidade para o Behaviorismo Radical se pergunte: como eu sei que estou apresentando memória ou personalidade? O que estou fazendo quando estou me lembrando ou sendo eu mesmo? As respostas para estas perguntas são os elementos que definirão os conceitos de memória, personalidade ou de “eu” para o Behaviorismo Radical. Simples assim.

Segundo Baum (2006, p. 57) os críticos da posição de Ryle afirmam: “Não, o que eu quis dizer por inteligência não é o conjunto desses comportamentos, mas algo subjacente a eles, que os torna possíveis, que os causa”. Esta crítica afirma que tem que existir uma causa mecânica mental escondida dentro da pessoa em paralelo ao comportamento. Baum rebate da seguinte forma: “Mas onde está essa inteligência? De que é feita? Como poderia causar o comportamento? Sua natureza fantasmagórica deriva do fato de ser o rótulo (nome) da categoria, e não um dos seus exemplos”. Para o Behaviorismo Radical inteligência “é o rótulo [(nome)] da categoria à qual pertencem os comportamentos de fazer contas, jogar xadrez, projetar uma casa e fazer uma coreografia. Esses comportamentos são todos exemplos de inteligência” (Baum, 2006, p. 57) e não causados por uma inteligência dentro da pessoa. Ryle chama este tipo de crítica de hipótese paramecânica: “A hipótese paramecânica é a idéia de que os termos que são logicamente rótulos de categorias referem-se a coisas fantasmagóricas, em algum espaço fantasmagórico (a mente), e que essas quimeras, de alguma forma, causam o comportamento mecanicamente. Essa é exatamente a mesma idéia que Skinner denominava de mentalismo.” (Baum, 2006, p. 57). Ryle propôs que sua concepção de eventos mentais como sendo ações fosse aplicada a todos os processos psicológicos (consciência, personalidade, percepção, memória, emoções, inteligência etc.), na clínica comportamental também aplicamos sua proposta dos termos psicológicos serem conceitos e não coisas ao entendimento das chamadas psicopatologias (depressão, anorexia nervosa, esquizofrenia etc.).

Vamos ver alguns exemplos. Por que dizemos “Fabiana está eufórica com o Curso de Psicologia?”. Ela gasta tudo que ganha no estágio com livros de psicologia, com os amigos só fala do quão fascinante o curso é, seus olhos brilham e ela fala mais rápido quando o tema é Psicologia, as aulas não a deixam emocionalmente cansada, pelo contrário, deixam-na empolgada. Fabiana não faz essas coisas e está eufórica com o Curso, ou porque a euforia a faz agir desta forma; o fato de Fabiana fazer essas coisas é estar eufórica pelo curso (Baum, 2006, p. 58). Na música “Provas de amor” (Miklos, 2004) os Titãs mostram liricamente a idéia de Ryle neste trecho:

“Existem provas de amor
Provas de amor
Apenas
Provas de amor
Não existe o amor
Não existe o amor



Não existe
O amor
Apenas provas de amor”

Dizer que a euforia faz Fabiana pensar constantemente no Curso de Psicologia é um erro de categoria segundo Ryle (Baum, 2006). Neste caso o nome de uma categoria estaria sendo transformado na causa dos elementos que são nomeados por ele. Seria o mesmo que, por exemplo, dizer que o nome “fruta” é uma entidade, e que é a verdadeira causa da banana, ou provoca o surgimento da uva. Isso não faz sentido, mas fazemos frequentemente ao explicar nosso comportamento no cotidiano. Fazemos isso, por exemplo, quando dizemos que uma personalidade estruturada nos faz ter uma estabilidade emocional, e o contrário seria provocado por uma personalidade desestruturada. Este tipo de explicação barra a investigação ao supostamente explicar o comportamento; além de mudar o foco de investigação da história relacional da pessoa para supostas entidades não-físicas.

5 MENTALISMO

Segundo Baum (Baum, 2006, p. 53) “o mentalismo é a prática de invocar ficções mentais para tentar explicar o comportamento”. O processo de criação de explicações mentalistas se fundamenta no uso de erros de categoria e eventos fictícios para explicar o comportamento dentro de um paradigma dualista (mente e corpo como coisas diferentes) de ser humano. O processo pode ser descrito da seguinte forma:

1. O ponto de partida é a criação de um nome (conceito) para nomear um grupo de ações públicas e/ou privadas.
2. Este conceito (nome) é coisificado, ou seja, é tratado como sendo uma entidade (coisa). O nome da categoria se transforma em um agente dentro de um espaço chamado de mente, supostamente localizado dentro da cabeça das pessoas.
3. Esta entidade mental é considerada a verdadeira causa da ação humana. Sendo a ação um mero efeito provocado pela entidade mental.

Além do problema de gerar teorias semelhantes a dogmas ou a opiniões pessoais o uso de eventos fictícios de natureza mental para explicar o comportamento leva a outros potenciais problemas:

O problema da interface – A palavra interface é muito utilizada na informática. Segundo o dicionário Houaiss (Instituto António Houaiss de Lexicografia, 2009) interface é o elemento que realiza uma conexão física ou conceitual entre dois sistemas, ou partes de um sistema. Caso o ser humano seja afetado por entidades, instâncias ou forças não naturais surge uma pergunta simples: como algo não físico consegue afetar algo físico? Qual é a interface entre o físico e o não-físico? Dentro da Psicologia poderíamos fazer esta pergunta de outra forma: Como algo mental afeta algo físico? Caso realmente o ser humano seja constituído de corpo (físico) e mente (não-físico) seria preciso uma interface entre as duas entidades, pois do contrário como se poderia explicar a interação entre elas, mas



até agora isso não foi demonstrado por nenhuma teoria psicológica dualista. As propostas dualistas na Psicologia apenas afirmam que há uma interação mente e corpo, mas não explicam como isso acontece, exigindo do leitor um ato de fé na afirmação. Simplesmente dizer “deve ser por que ainda não descobriram a interface mente-corpo, mas com certeza ela deve existir” sai do campo da fé e entra no campo da esperança... Ou seja, não resolve este problema. Vamos fazer mais jogo de perguntas: fazendo de conta de que o pensamento não é uma ação da pessoa, mas sim uma entidade que reside na mente (dimensão não-física), então como se poderia explicar que o pensamento que está no mundo da mente poderia afetar o corpo que está no mundo físico? Observe que o questionamento não é se o pensamento afeta o corpo, mas sim “como o pensamento afeta o corpo? Como o pensamento deixa de ser algo mental para tocar e modificar o corpo material no mundo físico?”

O mecanicismo - Explicações como a anterior (Pensamento/causa => Ação/efeito) ainda apresentam o problema do mecanicismo. Em vez de buscarem compreender o pensar e o agir como ações que a pessoa executa simultaneamente, de forma a existir correspondência, ou não, entre pensar e ação motora pública, as explicações mentalistas colocam o pensar como uma entidade que provoca a ação motora. Restaurando o mecanicismo tão criticado por várias abordagens psicológicas. O senso-comum criou várias entidades mentais como sendo as provocadoras (causadoras) da ação, as mais famosas são a vontade (ou desejo), o eu, os sentimentos (enquanto forças ou energias internas) e as “necessidades biológicas” (fome, sede, etc.). Não é a proposta deste texto apresentar os problemas de uma explicação mecânica do comportamento. No momento é suficiente compreender que a Análise do Comportamento não adota o uso de explicações mecânicas para o comportamento, pois o modelo mecânico (causa => efeito) não consegue explicar vários fenômenos comportamentais em situações de pesquisa experimental com humanos e outros animais. A Análise do Comportamento utiliza um modelo chamado “seleção por consequências” (Skinner, 2011), onde ação humana não é explicada como um sintoma (efeito) de causas internas ou externas, mas sim como um objeto de estudo que pode ser explicado através da análise da sua função na história de vida do sujeito. Para a Análise do Comportamento não há entidades internas que mandam “ordens” para o corpo executar (modelo dualista), quem pensa e se movimenta é a pessoa inteira (modelo monista).

O problema da autonomia – quem é o autor do comportamento? Esta é a questão do problema da autonomia (Baum, 2006). Caso o comportamento seja resultado de entidades fictícias então a pessoa não seria responsável pela sua ação, mas sim as entidades fictícias. Este tipo de explicação coloca a pessoa em uma postura de vítima de forças internas que ela não pode controlar, é um processo em que a pessoa não é mais a responsável pelo que faz. Em um contexto clínico poderíamos escutar explicações como “é a minha personalidade que me impede de agir responsabilmente”; como se a “personalidade” fosse uma entidade autônoma dentro da cabeça das pessoas, e não apenas um conceito teórico que nomeia a forma como uma pessoa usualmente age.



Interrompe a investigação – as explicações mentalistas, ao darem uma suposta causa para o comportamento, reduzem a investigação pelos aspectos históricos que poderiam explicar o comportamento (Skinner, 2011). Para que continuar explicando, ou buscando explicações, para aquilo que já foi “satisfatoriamente” explicado? Se já sei que faço algo simplesmente por que quero, para que me questionar para além disso?

Complica desnecessariamente a vida do pesquisador - além de explicar a ação humana, no mentalismo também é preciso explicar as entidades mentais que supostamente causam esta ação (Skinner, 2011).

Tira o foco da análise histórica – Explicações mentais dirigem a investigação para entidades inventadas e não para a história relacional do sujeito com o mundo (Baum, 2006; Skinner, 2011).

Leva a uma redundância – Os comportamentos e explicações ficam circulares, sendo um a evidência do outro e vice-versa (Baum, 2006). Vejam o diálogo a seguir como exemplo:

- Por que Fábio tem amor por Juliana?
- Porque ele fica vermelho perto dela!
- E por que ele fica vermelho perto dela?
- Porque ele tem amor por Juliana!

6 CONCLUSÃO: COMPORTAMENTO É UM CONCEITO E NÃO UMA COISA

Apesar de afirmar que o comportamento é o seu objeto de estudo dentro de uma perspectiva científica de psicologia, o Behaviorismo Radical não afirma que o comportamento é algo feito de matéria ou energia. Nem afirma que o comportamento é uma entidade ou coisa. Na ciência é muito comum se utilizar ferramentas como um computador ou um telescópio, que são ferramentas feitas de matéria. Mas existem também ferramentas que são feitas de palavras, existem as ferramentas conceituais ou simplesmente “conceitos” para encurtar. Os conceitos possuem várias utilidades e por isso são adotados na ciência. Podem servir para demarcar (selecionar) qual parte da natureza está sendo estudada, por exemplo quando digo que estudo Psicologia e não estudo Geografia estou explicando qual parte do universo é o alvo da minha investigação. Podem servir para relacionar partes da natureza, este o caso do conceito de “velocidade”, o qual serve para relacionar variações conjuntas de tempo e espaço.

Vamos falar sobre velocidade com mais calma, pois vai ser útil para explicar como o Behaviorismo Radical compreende o comportamento. Aprendemos na escola que velocidade é a razão entre uma variação no espaço e uma variação no tempo. Aprendemos a calcular a velocidade dos corpos em diversas circunstâncias, com ferramentas variadas. Este conceito de velocidade permitiu enormes progressos na física, na engenharia, nos esportes, na saúde etc. Todo cientista que se preze sabe a fórmula para calcular a velocidade de algo. Diversos experimentos nas mais diversas áreas do conhecimento científico usam a velocidade como algo fundamental para se compreender como o



mundo funciona. Descobrimos o que é velocidade intuitivamente logo cedo ao dar os primeiros passos, e primeiras quedas. Pois bem... A questão é que a velocidade não existe...

Velocidade é uma palavra inventada para nomear a interação entre variação no espaço e no tempo. Velocidade não é constituída de átomos, nem faz sentido em dizer que ela é uma energia. A velocidade não é coisa alguma. Pense comigo, onde fica a velocidade quando um carro está parado? Onde fica a velocidade quando o carro está em movimento? Não existe um lugar dentro do carro onde a velocidade está guardada, esperando algo acontecer para eclodir das profundezas ocultas e misteriosas do motor. Os cientistas usam a velocidade como usam um microscópio, usam como uma ferramenta que ajuda a compreender a natureza, mesmo não existindo como coisa e sendo apenas uma palavra.

Então qual seria a diferença entre usar um conceito como velocidade e usar um evento fictício para explica a natureza? A diferença é que os eventos fictícios têm a pretensão de serem algo, alguma coisa, já os conceitos são assumidamente apenas palavras inventadas. Eventos fictícios estão fora do campo da ciência e se apresentam como causas de eventos na natureza. Os conceitos usados na ciência não se apresentam como causas, eles não são a explicação para o que acontece no mundo.

Comportamento é como a velocidade, é apenas um conceito que nomeia a relação entre um ser vivo e qualquer outra parte da natureza, incluindo o próprio ser como um elemento da natureza. Comportamento não existe. A palavra comportamento serve apenas para nomear um aspecto da vida que os analistas do comportamento se propuseram a estudar. Comportamento não fica dentro do corpo, assim como a velocidade não fica dentro do motor. Comportamento é uma relação abstrata, conceitual. Por mais estranho que pareça a Análise do Comportamento é a única a abordagem psicológica que afirma publicamente que o seu objeto de estudo não existe, e mesmo assim é uma das mais científicas justamente por ser filosoficamente coerente sobre isso.

NOTA DO AUTOR

O autor agradece à Profa. Dra. Daniely Ildegardes Brito Tatmatsu (Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará) pelas sugestões e revisão do texto. O presente artigo não recebeu financiamento ou está vinculado a projetos de pesquisa financiados.



REFERÊNCIAS

- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (2º ed). Artes Médicas.
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* (1º ed). Brasiliense.
- Chauí, M. (2004). *Convite à filosofia* (13º ed). Ática.
- Costa, N. (2002). *Terapia analítico-comportamental: dos fundamentos filosóficos à relação com o modelo cognitivista*. ESETec.
- Gongora, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3, 9–24. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452001000100002&nrm=iso
- Instituto António Houaiss de Lexicografia. (2009). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Em *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (1º ed). Objetiva.
- Miklos, P. (2004). Provas de amor. Em *Titãs - Como estão vocês?* BMG. <https://www.youtube.com/watch?v=YWUK46pSyi8>
- Sagan, C. (2006). *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. Editora Companhia das Letras.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (11º ed). Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (2011). *Sobre o Behaviorismo* (1º ed). Cultrix.